

I SELEÇÃO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE OPÇÕES DE CANDIDATOS AO CARGO DE ASSISTENTE MINISTERIAL – BACHAREL EM DIREITO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PROVA ÚNICA – CADERNO DE QUESTÕES

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Este caderno contém 16 (dezesesseis) páginas com 80 (oitenta) questões de múltipla escolha, cada uma valendo 0,125 pontos, totalizando valor máximo de 10 (dez) pontos.
2. Se o caderno estiver incompleto ou contiver imperfeição gráfica que prejudique a leitura, solicite **IMEDIATAMENTE** ao fiscal a sua substituição.
3. Cada questão apresenta quatro opções de resposta (A, B, C e D), das quais somente uma atende às condições do enunciado. Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, é vedado solicitar quaisquer esclarecimentos ao Fiscal.
4. O candidato receberá junto com este caderno de questões, a **FOLHA DE RESPOSTAS** (gabarito). Verifique se os dados impressos na **FOLHA DE RESPOSTAS** estão corretos. Caso contrário, comunique imediatamente ao Fiscal.
5. Após o recebimento da **FOLHA DE RESPOSTAS**, não a dobre nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível. Assine seu nome no local indicado, com caneta esferográfica azul ou preta.
6. Após responder as questões neste caderno, o candidato deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para a **FOLHA DE RESPOSTAS**, de acordo com as instruções nela contidas.
7. Questões com mais de uma alternativa assinalada, com rasura ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois não será possível a sua substituição.
8. O candidato dispõe de, no máximo, 4 (quatro) horas para responder às questões e preencher a **FOLHA DE RESPOSTAS**. O candidato que se retirar do ambiente de provas não poderá retornar em hipótese alguma. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização das provas por, no mínimo, uma hora após o início das provas.
9. Terminada a prova, avise ao Fiscal, pois este recolherá a **FOLHA DE RESPOSTAS** na carteira do candidato. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas levando o caderno de provas, no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
10. Durante a realização da prova, não serão permitidas consultas à legislação, doutrina, jurisprudência, súmula ou anotações de quaisquer espécies, nem o porte de aparelhos eletrônicos, como telefones, *notebooks*, celulares, *palm*s e calculadoras.

01 – Assinale a opção correta, no que se refere ao controle de constitucionalidade no Brasil.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal que ofenda a Constituição da República.
- b) É de 10 anos, contados da data da promulgação da Constituição da República, o prazo decadencial para o oferecimento de representação de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo.
- c) Não se admite o pedido de desistência da parte que ajuizou ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Qualquer decisão proferida pelo STF em ação declaratória de constitucionalidade produzirá eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário.

02 – Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se admite a ferramenta hermenêutica da interpretação conforme a Constituição:

- a) Quando a interpretação contrariar texto expresso da lei.
- b) Para suspender a eficácia de simples trechos do enunciado normativo incompatíveis com a Constituição.
- c) Para excluir da norma impugnada uma interpretação que lhe acarretaria a inconstitucionalidade.
- d) No controle difuso de constitucionalidade.

03 – Quanto aos direitos e deveres fundamentais, pode-se afirmar corretamente que:

- a) É inviolável o sigilo da correspondência, salvo por ordem judicial.
- b) Os estrangeiros residentes no Brasil não podem invocar os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República.
- c) O princípio do devido processo legal não serve à proteção do direito de propriedade.
- d) O direito à livre expressão não abriga manifestações de conteúdo imoral que implicam ilicitude penal.

04 – Aponte a alternativa verdadeira:

- a) Os Estados poderão, mediante decreto legislativo, instituir regiões metropolitanas constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes.
- b) Os Vereadores são invioláveis por suas opiniões proferidas em qualquer Município do país.
- c) Compete aos Municípios manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado a que pertencerem, serviços de atendimento à saúde da população.
- d) A fiscalização do Município é exercida, exclusivamente, pelo Poder Legislativo Municipal.

05 – A respeito dos princípios que informam a administração pública, assinale a opção incorreta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas podem ser acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) O princípio da isonomia pode ser invocado para a obtenção de benefício, ainda que a sua concessão a outros servidores tenha acontecido com violação ao princípio da legalidade.
- c) A comunicação, por meio de denúncia anônima, de fatos ilícitos graves que tenham sido praticados no âmbito da administração pública, autoriza, em cada caso concreto, a ponderação entre a vedação constitucional do anonimato e a obrigação jurídica do Estado de investigar condutas funcionais desviantes, imposta pelo dever de observância à legalidade, à impessoalidade e à moralidade administrativa.
- d) A limitação de idade para a inscrição em concurso público só se legitima, quando a delimitação possa ser justificada pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

06 – Acerca do Poder Judiciário brasileiro, pode-se afirmar:

- a) O Conselho Nacional de Justiça não é órgão do Poder Judiciário.
- b) Todas as decisões dos órgãos do Poder Judiciário devem ser motivadas, à exceção das decisões administrativas.
- c) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, todas as causas em que a decisão recorrida declarar válida lei local contestada em face de lei federal.
- d) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de lei estadual em face da Constituição Estadual.

07 – Não constitui função institucional do Ministério Público, segundo a Constituição da República:

- a) Prestar, quando for provocado, consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção de interesses difusos e coletivos.
- c) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma de lei complementar.
- d) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial.

08 – No que tange à ordem social disciplinada na Constituição da República, é correto afirmar:

- a) A saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo sua execução ser sempre feita diretamente pelo Poder Público.
- b) A participação da comunidade constitui diretriz constitucional do Sistema Único de Saúde e das ações governamentais na área da assistência social.

- c) A publicação de veículo impresso de comunicação depende de licença de autoridade.
- d) Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o Estado deve intervir no planejamento familiar, mesmo contrariando a decisão da família.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09 – Sobre os princípios da Administração Pública pode-se afirmar:

- a) O princípio da legalidade define os limites da atuação da Administração Pública.
- b) A prática de nepotismo representa ofensa aos princípios da moralidade, autotutela, impessoalidade e segurança jurídica da administração pública.
- c) O interesse público é manifestação do interesse do agente público.
- d) O princípio da impessoalidade veda qualquer tipo de publicidade de programas, obras e serviços dos órgãos públicos.

10 – Sobre licitações pode-se afirmar:

- a) O pregão é modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns cujo valor unitário não exceda à R\$ 15.000,00.
- b) Considera-se deserta a licitação quando: não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo à Administração. Nesse caso, a contratação pode ocorrer mediante dispensa de licitação observando-se o preço praticado no mercado.
- c) Não é caso de inexigibilidade de licitação: a contratação de serviços técnico de publicidade, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- d) Na carta-convite a publicação do edital deve ocorrer com antecedência de 5 dias úteis da data da apresentação das propostas.

11 – Em relação às concessões pode-se afirmar:

- a) A Concessão de serviço público será precedida de licitação na modalidade concorrência.
- b) A concessão de obra pública é ilegal.
- c) Os bens das empresas concessionários de serviços públicos são *extra commercium* e não podem ser objeto de garantia (penhor, anticrese e hipoteca).
- d) Reversão é a possibilidade do consumidor de serviço público reaver o que foi pago indevidamente a título de tarifa pública.

12 – Em relação à gestão responsável dos recursos públicos pode-se afirmar:

- a) É possível ao titular do Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa a ser paga no exercício seguinte desde que haja disponibilidade de caixa para este efeito.
- b) Na disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissados a pagar até a data da contração da despesa a ser paga no exercício seguinte.
- c) Constitui crime a inscrição de despesa em restos a pagar no exercício seguinte.
- d) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicas serão contabilizados na despesa total com pessoal.

13 – Sobre a validade do ato administrativo:

I – Em caso de comprovada má-fé dos destinatários do ato administrativo para os quais decorram efeitos favoráveis, o direito da Administração Pública de os anular não decai no prazo de cinco anos.

II – A convalidação do ato administrativo é possível quando se evidencie que não há lesão ao interesse público e nem prejuízos a terceiros.

III – O princípio da Autotutela da Administração Pública veda que esta anule por decisão própria seus atos ilegais ou revogue-os por motivo de conveniência ou oportunidade, ainda que respeitados os direitos adquiridos.

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) As afirmativas I e II estão corretas.
- c) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

14 – Sobre os contratos da Administração Pública:

- a) É possível a aplicação de multa contratual à Administração Pública por inadimplemento do pagamento do contrato celebrado com o particular.
- b) Não é possível a celebração de contrato de gestão entre a Administração Pública Direta e a Administração Pública Direta.
- c) O contrato de gestão consiste em uma modalidade de intervenção da Administração Pública na economia.
- d) O convênio se caracteriza pelo ajuste entre o Poder Público e entidades públicas ou privadas para, mediante mútua colaboração, atingir a realização de seus objetivos comuns.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

15 – Constitui crime contra a ordem tributária:

- a) Prestar declaração falsa às autoridades fazendárias com o fim de suprimir contribuição social.
- b) Deixar de fornecer nota fiscal ou documento equivalente, ainda que haja o recolhimento antecipado do tributo.
- c) Não efetuar o recolhimento do tributo relativo à operação comercial declarada à autoridade fazendária.
- d) Inserir informações exatas em documentos ou livro exigido pela lei fiscal.

16 – Sobre os crimes tributários:

- a) O crime contra a ordem tributária previsto no art. 1º, I, da lei nº 8.137/90, se configura no momento da lavratura do auto de infração pela autoridade fazendária.
- b) O parcelamento do tributo durante a instrução processual penal extingue a punibilidade, mesmo depois de recebida a denúncia.
- c) O prazo prescricional do crime de sonegação fiscal começa a correr da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- d) A constituição definitiva do crédito tributário ocorre com sua inscrição na dívida ativa.

DIREITO CIVIL

17 – Com relação aos direitos da personalidade, é correto afirmar:

- a) O pseudônimo, ainda que adotado para atividade lícita, não goza de proteção legal.
- b) São relativamente disponíveis os direitos da personalidade de pessoa morta.
- c) A proteção dos direitos da personalidade aplica-se somente às pessoas naturais.
- d) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se a tratamento médico ou intervenção cirúrgica que traga risco à sua vida.

18 – Realizado o casamento de duas pessoas maiores de 16 e menores de 18 anos, ocorrendo a viuvez de um dos cônjuges quando ainda não atingida a maioridade, afirma-se, com relação a capacidade:

- a) O cônjuge sobrevivente somente retorna à incapacidade, quando não restar filhos do casamento.
- b) O cônjuge sobrevivente retorna à incapacidade relativa, em razão de sua idade.
- c) O cônjuge sobrevivente deve ter o retorno à incapacidade declarado por sentença.
- d) O cônjuge sobrevivente permanece plenamente capaz para todos os atos da vida civil.

19 – Sobre o Direito de Família, assinale a assertiva correta:

- a) O poder familiar, instituído no Código Civil de 2002, substituiu o pátrio poder, passando, com isto, a ser exercido pelo marido com colaboração efetiva da mulher.
- b) O Código Civil reconhece a união estável se a pessoa casada se achar separada de fato ou judicialmente.
- c) Em relação ao fim da sociedade conjugal somente a anulação e o divórcio dissolvem o casamento.
- d) Na falta ou no impedimento de um dos pais, a autorização para o casamento de um menor que conte com 16 anos de idade deverá ser suprida pelo juiz.

20 – Consoante o Código Civil pátrio todas as assertivas abaixo estão corretas, exceto:

- a) Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça e por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- b) Os descendentes não podem deserdar os ascendentes.
- c) Em falta de descendentes e ascendentes, será deferida a sucessão por inteiro ao cônjuge sobrevivente.
- d) Pertence aos herdeiros necessários, de pleno direito, a metade dos bens da herança, constituindo a legítima.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21 – Assinale a alternativa correta:

- a) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, a iniciativa para o processo caberá exclusivamente ao Ministério Público.
- b) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, o juiz não é obrigado a observar critério de legalidade estrita, podendo adotar em cada caso a solução que reputar mais correta ou oportuna.
- c) Não se admite o ajuizamento de ação declaratória por qualquer parte, inclusive o Ministério Público, quando já tenha ocorrido violação ao direito material que se pretende ver declarado.
- d) Em ações coletivas, diante da complexidade da questão jurídica, pode o juiz se eximir de sentenciar.

22 – Assinale a alternativa correta quanto à atuação do Ministério Público no Processo Civil:

- a) Quando atua como parte, tem os mesmos poderes e ônus que as partes, sendo lícito ao Ministério Público, inclusive, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação.

- b) Terá, quando atua na condição de fiscal da lei, vista dos autos antes das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- c) Tem legitimidade apenas para ajuizar, no âmbito civil, ações coletivas, tendo em vista a missão constitucional de defensor da sociedade e a autorização decorrente do sistema de tutela coletiva de direitos.
- d) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público poderá juntar documentos e certidões e produzir prova em audiência, além de requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade.

23 – No procedimento ordinário, o prazo para o Ministério Público apresentar contrarrazões em ações em que tenha sido o único autor e o pedido sido julgado procedente é de:

- a) 15 dias.
- b) 30 dias.
- c) 05 dias.
- d) 10 dias.

24 – Sobre os atos processuais, é correto afirmar que:

- a) Sempre dependem de forma determinada, sendo inválidos todos os atos praticados de modo diverso do preceituado em lei.
- b) A citação, ainda que inválida, e a intimação, desde que válida, tornam prevento o juízo, induzem litispendência e fazem litigiosa a coisa.
- c) Quando conhecido o endereço do réu, houver suspeita de ocultação, far-se-á a citação por edital.
- d) O prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados.

25 – Sobre o procedimento ordinário, assinale a alternativa correta:

- a) É indispensável à presença do Ministério Público em todas as audiências preliminares designadas no procedimento ordinário.
- b) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer apenas nas ações em que atue como parte, já que tem os mesmos poderes e ônus que as partes.
- c) As partes, assim como o Ministério Público, somente podem desistir de um recurso se houver a anuência da parte contrária.
- d) Nas ações que envolvam obrigações de fazer ou não fazer, ajuizadas pelo Ministério Público ou por qualquer das partes legitimadas, sejam elas individuais ou coletivas, o juiz deverá conceder, em princípio, a tutela específica da obrigação ou adotar providências que assegurem um resultado prático equivalente ao do adimplemento.

26 – Uma montadora de automóveis produz e comercializa um veículo com defeito de fabricação nos freios, o que coloca em risco a segurança dos consumidores que adquiriram o referido bem. Vários consumidores procuram o Ministério Público, que poderá instaurar inquérito civil e ajuizar ação civil pública, pois se trata de:

- a) Direitos coletivos, ainda que não tenha relevância social.
- b) Direitos coletivos de relevância social.
- c) Direitos individuais homogêneos de relevância social.
- d) Direitos individuais homogêneos, ainda que não tenha relevância social.

27 – O inquérito civil:

- a) Não é indispensável para o ajuizamento da ação civil pública.
- b) Não permite, durante seu trâmite, que o Ministério Público requirite documentos de autoridades da administração pública.
- c) Será arquivado por decisão homologada pelo Procurador Geral de Justiça.
- d) Permite que, durante seu trâmite, seja firmado termo de ajustamento de conduta, que tem eficácia de título executivo judicial.

28 – No pertinente à ação civil pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) A sentença, em se tratando de direitos difusos, fará coisa julgada *erga omnes*, exceto se a ação for julgada improcedente por deficiência de provas.
- b) Constitui crime a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil pública, quando requisitados pelo Ministério Público.
- c) Na ação civil pública o juiz não pode conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.
- d) O Município é legitimado ativo para a ação civil pública.

DIREITO PENAL

29 – Levando em consideração os diversos tipos, analise as assertivas abaixo:

- I – Um único tipo penal em que a lei incrimina alternativamente várias formas de conduta como, por exemplo, adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime.

II - Um tipo penal em que é prevista uma excludente de ilicitude, como o estado de necessidade e a legítima defesa.

III – Um tipo penal cuja tipicidade só pode ser avaliada com o auxílio de um outro tipo, através de um critério de extensão.

De acordo com a natureza de cada um acima descrito, tratam-se, respectivamente de tipos:

- a) Derivado, subjetivo e dependente.
- b) Misto, permissivo e aberto.
- c) Aberto, fechado e subjetivo.
- d) Permissivo, aberto e misto.

30 – Assinale a alternativa correta:

- a) O arrependimento posterior, como fator de redução de pena, pode ser aplicado ao condenado por roubo simples, no caso do agente ter devolvido a coisa subtraída antes que a denúncia tenha sido recebida.
- b) O arrependimento eficaz tem seu lugar quando o agente, já tendo finalizado os atos de execução, pratica novo ato e evita a ocorrência do resultado.
- c) Na desistência voluntária não é suficiente, para fins de responder pelo crime na forma tentada, que o agente tenha abandonado o *iter criminis* de forma voluntária, sendo necessário também que o ato seja espontâneo.
- d) Caracteriza crime impossível o uso de uma arma de fogo em tentativa de homicídio branca (aquela em que a vítima não foi atingida), sobre a qual a perícia atesta a relativa potencialidade lesiva por defeito de fabricação.

31 – O agente cometeu o crime de ameaça (art. 147 do CP – pena máxima em abstrato de 06 meses de detenção, ou multa) por fato ocorrido em 10 de julho de 2010. Considere que, hipoteticamente, não sendo possível a composição civil, a transação ou mesmo o *sursis* processual, venha ele a ser denunciado (data de recebimento da denúncia em 13 de agosto de 2012) e condenado a uma pena de detenção de 3 (três) meses, por sentença publicada em 07 de janeiro de 2015, com trânsito em julgado para a acusação em 15/01/2015, havendo apenas recuso da defesa. Com base nos seguintes dados marque a alternativa correta:

- a) Operou-se a prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato, pois entre a data do fato e o recebimento da denúncia transcorreram-se mais de dois anos, de modo que o juiz errou ao receber a denúncia.
- b) Operou-se a prescrição da pretensão punitiva retroativa pela pena em concreto, pois entre a data do recebimento da denúncia e a publicação da sentença transcorreram-se mais de dois anos, de

modo que o juiz errou ao não reconhecer a extinção da punibilidade do agente.

- c) Não se operou a prescrição da pretensão punitiva retroativa pela pena em concreto, com trânsito em julgado para a acusação, sendo certo que nessa modalidade de prescrição não se retroage à data anterior à denúncia.
- d) O juiz deveria ter considerado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e reconhecido a prescrição virtual no caso em concreto, pois em prevendo a pena a ser aplicada antes mesmo da instrução penal, era possível decidir pela extinção da punibilidade.

32 – Assinale a afirmativa correta:

- a) O furto de coisa comum não é de ação penal pública condicionada à representação.
- b) São causas extintivas da punibilidade a prescrição, decadência ou perempção e morte do ofendido.
- c) A calúnia e a difamação distinguem-se da injúria porque, nas duas primeiras, há a imputação de conduta desonrosa e de conduta prevista como crime à vítima, respectivamente, ofendendo sua honra objetiva. Na injúria, há a atribuição de uma qualidade negativa e depreciativa em relação ao ofendido, atingindo assim, sua honra subjetiva.
- d) Na culpa consciente, diferentemente do dolo eventual, o agente age firme e deliberadamente visando a obtenção do resultado ou assume o risco de produzi-lo.

33 – Suponha a seguinte situação: Marcos, de 22 anos de idade, mantém encontro na casa de Madalena, com a adolescente Helena, de apenas 12 anos, para manter relacionamento sexual mediante o pagamento de R\$ 100,00 (cem reais), ciente de sua tenra idade. O encontro é agenciado por Madalena, 28 anos (cafetina que conhecia Helena e a arregimentou para praticar sexo mediante paga), a qual recebeu uma pequena porcentagem em dinheiro pela quantia paga à adolescente e ainda forneceu preservativos para Marcos. A respeito dos crimes praticados por Marcos e Madalena, assinale a alternativa correta:

- a) Marcos deve responder pelo crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), ao passo que Madalena responde pelo crime de favorecimento da prostituição de pessoa vulnerável (art. 218-B do CP).
- b) Marcos deve responder pelo crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), ao passo em que Madalena responde pela conduta de induzir alguém menor de 14 (quatorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem (art. 218 do CP).
- c) Marcos e Madalena devem responder pelo crime de favorecimento da prostituição de pessoa vulnerável (art. 218-B do CP).

- d) Marcos deve responder pelo crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP). Madalena deve responder pelo mesmo crime, como partícipe (art. 29 do CP – teoria monista), e pelo delito de favorecimento da prostituição de pessoa vulnerável (art. 218-B do CP), em concurso material (art. 69 do CP).

34 – Após intensa investigação da Polícia Civil, foi descoberta a autoria de integrantes de uma quadrilha especializada em assaltos a bancos, fato que oportunizou o oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público e a representação pela prisão preventiva do suspeito João de Tal, foragido, o que foi deferido pelo Juiz de Direito. Ocorre que Francisco, agente da polícia civil, conhecedor da expedição de mandado de prisão em desfavor do referido réu e do possível local onde o mesmo se escondia, acertou com seu irmão Severino, comerciante, e foram ao local, não para prender o destinatário do mandado, mas para exigir-lhe determinada quantia em dinheiro, em troca de não efetuar a prisão. Durante a exigência, outros policiais civis chegaram ao local após denúncias anônimas e ouviram toda a conversa entre Francisco, Severino e o réu João, bem como as ameaças feitas pelos dois primeiros, caso não lhes fossem paga determinada quantia. Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta:

- a) Uma vez realizada a prisão em flagrante delito de Francisco e Severino, o primeiro, na qualidade de agente da polícia, responderá pelo crime de concussão, e o segundo por extorsão, já que Severino, irmão de Francisco, não é servidor público, não se comunicando tal circunstância, por ser de caráter pessoal.
- b) Francisco e Severino serão indiciados pelo crime de concussão, sendo possível que a circunstância de caráter pessoal, elementar do tipo, referente à qualidade de funcionário público de Francisco, se comunique a Severino, já que da esfera de conhecimento deste último.
- c) Ambos serão presos em flagrante e indiciados pelo delito de corrupção passiva, em co-autoria.
- d) Ambos responderão pelo crime de corrupção passiva, na modalidade tentada, já que não conseguiram obter a vantagem ilícita.

35 – Bianca, dirigindo veículo automotor em via pública de forma imprudente, isto é, com excesso de velocidade para o local onde havia grande concentração de pessoas e cujo limite era de 50 km/h (fato apurado em inquérito policial), provocou acidente de trânsito que resultou em lesões corporais de natureza leve em Carlos, o qual estava em outro automóvel e não concorreu de forma

alguma para a colisão. Com base nos dados acima é correto afirmar que:

- a) Bianca responderá pelo delito de participar, na direção de veículo automotor em via pública, de competição automobilística não autorizada.
- b) Bianca não responderá por lesões corporais culposas no trânsito, exceto se Carlos representar criminalmente contra a mesma.
- c) Bianca responderá pelo crime de lesões corporais culposas no trânsito.
- d) Bianca responderá apenas pelo crime de trafegar em velocidade incompatível com a segurança de local onde haja grande concentração de pessoas, gerando perigo de dano, caso Carlos não represente criminalmente contra a mesma pelo crime de lesões corporais culposas.

36 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) A prestação pecuniária e a multa são institutos equivalentes, pois nas duas os montantes adquiridos pelo Estado são dirigidos em favor de pessoas, como, por exemplo, vítimas e seus dependentes ou até mesmo entidades privadas de cunho assistencialista.
- b) A Lei n. 11.340/06, ou Lei Maria da Penha, como popularmente ficou conhecida, define os casos que envolvem violência doméstica contra a mulher sem, contudo, tipificar condutas. O referido diploma legal, entretanto, alterou a pena em abstrato nos crimes de lesão corporal de natureza leve, em que estejam configuradas as situações do art. 129, § 9º do Código Penal.
- c) Tício foi preso em flagrante delito em 30 de novembro de 2009, por possuir em sua casa, sem a devida autorização legal, arma de fogo de uso permitido, consistente em um revólver calibre 38. Diante do que a doutrina e a jurisprudência passaram a denominar de *vacatio legis indireta*, *descriminalização temporária*, ou ainda, *abolitio criminis temporária*, Tício fazia jus ao relaxamento da prisão em flagrante delito, por atipicidade de sua conduta.
- d) O agente que com uma só ação dolosa pratica duas ou mais condutas tipificadas, agindo, entretanto, com desígnios autônomos em relação aos resultados, responde pelas penas respectivas, cumulativamente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

37 – Assinale a alternativa que contenha um princípio não adotado no Direito Processual Penal brasileiro:

- a) Admissão de revisão *pro societate*.
- b) Contraditório e ampla defesa.

- c) Estado ou situação jurídica de inocência.
- d) Direito ao silêncio e não auto-incriminação.

38 – A respeito do tema da prova no processo penal, pode-se afirmar que:

- a) Em crimes contra a liberdade sexual há entendimento doutrinário e jurisprudencial no sentido de que, em princípio, deve se conferir especial relevo à palavra da vítima para análise do cotejo probatório.
- b) Para se considerar juridicamente configurada uma delação, especialmente para receber os benefícios da “delação premiada”, há necessidade apenas que um réu impute a outro a prática do crime, não sendo requisito da delação que o delator confesse também coautoria ou participação no mesmo crime, nem que o conteúdo da delação apresente batimento com os demais elementos probatórios do processo.
- c) Sobre o depoimento de crianças ou adolescentes no processo penal, acolhe-se atualmente, de forma absoluta, o brcardo em latim “*ex ore parvulorum veritas*” (da boca dos pequenos, a verdade).
- d) Confessando o réu integralmente a prática do crime na fase judicial é possível ao Juiz de ofício dispensar testemunhas de acusação e defesa e desde logo proferir sentença condenatória, haja ou não concordância das partes com a dispensa das testemunhas e produção de outras provas.

39 – Sobre a temática dos recursos no processo penal é incorreto afirmar:

- a) Cabe recurso em sentido estrito da decisão, despacho ou sentença que conceder liberdade provisória ou relaxar prisão em flagrante.
- b) Há interesse processual do Ministério Público de interpor recursos em sentido estrito da decisão que pronuncia o réu por homicídio, mas acata apenas duas das três qualificadoras pedidas, na denúncia e nas alegações finais, pelo Promotor de Justiça.
- c) O Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto, sendo certo ainda que o recurso poderá ser interposto pelo Ministério Público, ou pelo querelante, ou pelo réu, seu procurador ou seu defensor e, por outro lado, não se admitirá, entretanto, recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- d) Cabe apelação do ato judicial que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.

40 – Na conformidade da Resolução n.º 20/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP),

que dispõe sobre o controle externo da atividade policial, no que se refere às incumbências do Ministério Público em tal atividade é incorreto afirmar que ao Promotor de Justiça incumbe:

- a) Realizar visitas ordinárias periódicas e, quando necessárias, a qualquer tempo, visitas extraordinárias, em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares existentes em sua área de atribuição.
- b) Fiscalizar a destinação de armas, valores, substâncias entorpecentes, veículos e objetos apreendidos.
- c) Apreender, a qualquer tempo e local, independentemente de ordem judicial, armas ou aparelhos celulares, acautelados ou de uso particular, de Policiais que estejam sendo investigados.
- d) Instaurar procedimento administrativo visando sanar as deficiências ou irregularidades detectadas no exercício do controle externo da atividade policial, bem como apurar as responsabilidades decorrentes do descumprimento injustificado das requisições pertinentes.

41 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.
- b) Em caso de denúncia onde haja mais de um denunciado é necessário, em princípio, individualizar a conduta de cada um.
- c) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo: I - ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; II - sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade; III - sumaríssimo, para as infrações penais de menor potencial ofensivo, na forma da lei.
- d) Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o juiz, dissentindo, recorrerá de ofício ao Tribunal de Justiça, que decidirá sobre o tema.

42 – Assinale a alternativa correta:

- a) Sobre o incidente de insanidade mental, uma vez requerido pela defesa, mesmo sem qualquer fundamentação ou comprovação, ainda que

indiciária, do alegado, é absoluto o direito do réu à sua realização.

- b) Com o advento das recentes mudanças no processo penal, não é mais admissível em qualquer hipótese a figura do aditamento à denúncia.
- c) A prisão temporária tem os mesmos requisitos e pressupostos da prisão preventiva.
- d) Quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública, remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.

43 – Sobre as nulidades no processo penal é correto afirmar:

- a) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.
- b) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumar-se, embora declare que o faz para o único fim de argüi-la. O juiz ordenará, todavia, a suspensão ou o adiamento do ato, quando reconhecer que a irregularidade poderá prejudicar direito da parte.
- c) É nula a ação penal baseada em denúncia que não contenha a completa e específica qualificação civil do denunciado, ainda que indique elementos dos quais possa se extrair sua identificação.
- d) Nenhuma das partes poderá argüir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido, ou referente a formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.

44 – A respeito da medida cautelar processual penal da interceptação telefônica, prevista na Lei n.º 9.296/96, pode-se afirmar que:

- a) É possível o deferimento da interceptação telefônica, tanto de forma incidental a uma investigação criminal, como sem qualquer atrelamento a uma investigação já instaurada, ou até mesmo vinculada apenas a uma investigação cível, como relacionada a um inquérito civil público ou à apuração de culpa em processo de separação judicial litigiosa.
- b) Com base na chamada teoria do encontro fortuito da prova, há precedente jurisprudencial que admite que, em princípio, havendo o encontro fortuito de notícia da prática futura de conduta delituosa, durante a realização de interceptação telefônica devidamente autorizada pela autoridade competente, não se deve exigir a demonstração da conexão entre o fato investigado e aquele descoberto, sendo lícito o

compartilhamento da prova autorizado pela Justiça.

- c) É possível o seu deferimento tanto na fase pré-processual, como na fase da instrução criminal e também na fase de execução penal, nesta desde que autorizado pelo Juiz da Vara de Execuções para monitoramento telefônico para fins de inteligência policial de linhas de celulares usadas por presos, exigindo-se nesta hipótese apenas ofício indicando os números, sem necessidade de formalização de processo.
- d) É cabível em investigações administrativas, cíveis ou criminais e para casos que apurem crimes punidos com reclusão ou detenção.

DIREITOS RELATIVOS À DEFESA DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA

45 – Não pode ser sujeito ativo de atos de improbidade administrativa:

- a) Os servidores públicos.
- b) Os mesários da Justiça Eleitoral e os jurados do tribunal do júri.
- c) Os gestores do fundo partidário.
- d) O particular beneficiado de boa-fé.

46 – O Ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito se tipifica:

- a) Mediante a prática de ato doloso, ainda que não haja prejuízo ao erário.
- b) Mediante a prática de ato culposo, desde que haja o enriquecimento ilícito.
- c) Apenas quando haja prejuízo ao erário.
- d) Mediante a prática de ato doloso e quando houver prejuízo ao erário.

47 – Dispensar indevidamente processo licitatório, constitui ato de improbidade administrativa:

- a) Que causa lesão ao erário, quando demonstrado o prejuízo à Fazenda Pública.
- b) Que causa lesão ao erário, independentemente da comprovação de dano ao erário por se tratar de fato típico formal.
- c) Por violação aos princípios da administração pública, aplicado cumulativamente com as sanções do art. 10 da Lei nº 8.429/92.
- d) Nunca, visto que o juízo de conveniência e oportunidade é próprio da Administração Pública.

48 – Sobre as sanções por ato de improbidade administrativa:

- a) Devem ser aplicadas sempre cumulativamente.
- b) O ressarcimento integral do dano ao erário só deve ser aplicado quando reconhecido o dano na

- ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa.
- c) Não podem ser aplicadas quando o autor do ato de improbidade já houver sido penalizado com sanções penais e civis.
 - d) A sanção prevista no art. 12, inciso IV, da Lei nº 8.429/92 trata do ressarcimento do dano moral coletivo decorrente do ato de improbidade administrativa.

49 – No rito da ação de responsabilização por ato de improbidade administrativa:

- a) O recebimento da petição inicial deverá ocorrer antes do prazo prescricional previsto no art. 23 da Lei nº 8.429/92.
- b) A ação é extinta sem julgamento de mérito quando houver composição, transação ou acordo para que seja ressarcido o dano ao erário.
- c) Caso o requerido tenha apresentado defesa antes do recebimento da petição inicial, o Juiz em caso de recebimento da petição inicial determinará as partes que indiquem as provas que pretendem produzir.
- d) O requerido será notificado para apresentar manifestação por escrito antes do recebimento da petição inicial.

50 – Constitui infração político-administrativa dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores:

- a) Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título.
- b) Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei.
- c) Proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.
- d) Ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes.

DIREITO AMBIENTAL

51 – Assinale a alternativa correta:

- a) O Município não pode fazer licenciamento ambiental.
- b) O IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis) pode licenciar em caráter supletivo, na omissão do órgão ambiental estadual.
- c) O EIA/RIMA é exigível em qualquer obra ou atividade potencialmente poluidora.

- d) A audiência pública é obrigatória para todo e qualquer licenciamento ambiental.

52 – Assinale a alternativa errada:

- a) Uma atividade que prejudique a segurança da população pode ser considerada como poluidora.
- b) O licenciamento ambiental e o zoneamento ambiental são instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
- c) As despesas com o EIA/RIMA cabem ao órgão licenciador.
- d) A recuperação das áreas degradadas constitui um dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente.

53 – Assinale a alternativa errada:

- a) O plano de saneamento básico pode ser elaborado pela concessionária do serviço público de água e esgoto.
- b) O titular dos serviços de saneamento básico pode delegar sua prestação a terceiros.
- c) O saneamento básico, na forma da Lei 11.445/2007, é composto dos serviços de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.
- d) O plano de saneamento básico é condição de validade dos contratos de prestação desses serviços, segundo exigência legal, a partir de 1º de janeiro de 2011.

54 – Sobre os crimes ambientais, assinale a alternativa correta:

- a) Aos crimes ambientais da Lei nº 9.605/98 não pode ser aplicada a pena privativa de liberdade.
- b) A transação penal, nos termos do art. 27 da Lei 9.605/98, há de ser precedida da composição do dano ambiental, salvo quando for comprovada sua impossibilidade.
- c) Lavrado o auto de infração ambiental e apreendida madeira ilegal, esta será avaliada e guardada em depósito até decisão final do processo administrativo ou judicial.
- d) A suspensão condicional do processo na Lei de Crimes Ambientais se dá nos exatos termos da Lei nº 9.099/95.

55 – Em relação ao Código Florestal, assinale a alternativa correta:

- a) Área de preservação permanente é uma área protegida por lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os

recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

- b) Reserva legal e área de preservação permanente são institutos idênticos.
- c) Ainda que de utilidade pública ou de interesse social, nenhuma obra ou atividade poderá ser instalada em Área de Preservação Permanente.
- d) A localização da Reserva Legal cabe ao proprietário do imóvel.

DIREITO À SAÚDE, À EDUCAÇÃO E DIREITO DO CONSUMIDOR

56 – Leia as assertivas abaixo, relativas aos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, e assinale a alternativa correta:

I – O princípio da universalidade, no contexto do SUS, preconiza o acesso aos serviços de saúde para toda a população, em todos os níveis de assistência, independentemente de vínculo previdenciário ou de o usuário possuir seguro privado de saúde.

II – Por integralidade entende-se o conjunto articulado e contínuo de ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigido para cada caso, em todos os níveis de complexidade do sistema.

III – Entende-se por equidade em saúde a igualdade na atenção à saúde, sem privilégios ou preconceitos. O SUS deve disponibilizar recursos e serviços de forma justa, de acordo com as necessidades de cada um.

IV – Entre os princípios previstos na Lei nº 8.080/90 está a descentralização político-administrativa, com ênfase na descentralização dos serviços para o município, que é o responsável imediato pelas necessidades e demandas de saúde de sua população, ainda que seja necessário o paciente receber atendimento em outra cidade, de acordo com a Programação Pactuada e Integrada – PPI vigente.

V - A participação social é concretizada através dos conselhos e das conferências de saúde.

- a) Somente as assertivas I, II e V estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Somente as assertivas II, III e V estão corretas.
- d) Somente a assertiva IV está errada.

57 – De acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, os Estados e Municípios estão obrigados a aplicar anualmente nas ações e serviços públicos de saúde os seguintes percentuais mínimos sobre as receitas dos impostos e transferências:

- a) 12% no caso dos Estados e 10% no caso dos Municípios.
- b) 15% no caso dos Estados e 12% no caso dos Municípios.

- c) 15% no caso dos Estados e 15% no caso dos Municípios.
- d) 12% no caso dos Estados e 15% no caso dos Municípios.

58 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) O modelo atual de organização da atenção à saúde estrutura-se em dois grandes blocos: atenção básica e ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.
- b) A Atenção Básica corresponde ao primeiro nível de atenção à saúde e caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É a primeira porta a ser procurada pelos usuários do SUS, compreendendo as unidades básicas de saúde e unidades de estratégia de saúde da família.
- c) A Reforma Psiquiátrica brasileira, cujo marco legal foi a Lei Federal nº. 10.216, de 06 de abril de 2001, trouxe uma significativa mudança no tratamento de saúde mental no Brasil, retirando o núcleo de tratamento do portador de transtorno mental do hospital psiquiátrico e substituindo-o por uma rede de serviços de raiz comunitária, com o objetivo de manter o paciente psiquiátrico perto de seus laços familiares e sociais, sendo os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) o eixo estruturante de toda a política reformadora.
- d) A gestão nacional do SUS tem como principal papel a execução dos serviços de saúde em todos os níveis de atenção.

59 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) O financiamento do SUS é uma responsabilidade comum das três esferas de governo (União, Estados e Municípios).
- b) Entre os princípios gerais do financiamento para o Sistema Único de Saúde está o repasse “fundo a fundo” (do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais e Municipais; e do Fundo Estadual de Saúde aos Fundos Municipais), como modalidade preferencial de transferência de recursos entre os entes da federação.
- c) As ações e serviços de saúde, no âmbito do SUS, só podem ser prestados diretamente pelo Poder Público.
- d) A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

60 – Assinale a alternativa correta:

- a) Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

- b) Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino médio e no ensino superior.
- c) O ensino religioso, de matrícula obrigatória, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.
- d) Incumbe aos Municípios realizar o transporte escolar dos estudantes das redes municipal e estadual e também o transporte dos seus munícipes que curseem graduação em instituições de ensino superior situadas em cidades vizinhas, quando em seu território inexistir faculdade ou universidade.

61 – Assinale a alternativa incorreta:

- a) A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- b) A Constituição Federal preconiza que a Educação Básica, obrigatória e gratuita, é direito público subjetivo, assegurado somente aos que estão na idade própria.
- c) A Educação Básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- d) De acordo com a Constituição Federal, o ensino será ministrado com base em diversos princípios nela estabelecidos, entre os quais se podem destacar: I) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II) gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; III) gestão democrática do ensino público, na forma da lei; e IV) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

62 – Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

I – Constituem expressões do princípio da gestão democrática do ensino público a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

II - A educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; e em pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

III - O ensino fundamental obrigatório, com duração de 8 (oito) anos, gratuito na escola pública, inicia-se aos 6 (seis) anos de idade, tendo por objetivo a formação básica do cidadão. Já o ensino médio, etapa final da educação básica, terá duração mínima de 02

(dois) anos, tendo como uma de suas finalidades a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos.

- a) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- b) Todas as assertivas estão corretas.
- c) Somente a assertiva I está corretas.
- d) Somente a assertiva III está errada.

63 – A respeito do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, assinale a alternativa incorreta:

- a) Trata-se de um fundo de natureza contábil, de âmbito estadual, criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, e implantado a partir de janeiro de 2007, que garante, por meio de seu mecanismo de distribuição de recursos, que a maior parte das receitas vinculadas à educação, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja aplicada na educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio em suas diversas modalidades), promovendo uma melhor distribuição destes recursos.
- b) Cada Estado e cada Município recebe o valor que lhe cabe, de acordo com o número de alunos matriculados no segmento da educação básica que lhe compete atender.
- c) Os recursos do FUNDEB devem ser aplicados, no exercício financeiro em que forem creditados, da seguinte maneira: I) 40% (quarenta por cento) dos recursos recebidos anualmente, no mínimo, para remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício no segmento da educação básica de competência do respectivo ente governamental; e II) os 60% (sessenta por cento) restantes, no máximo, em outras ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, no segmento da educação básica da competência do respectivo ente governamental, como, por exemplo, a remuneração dos demais profissionais da educação (auxiliar de serviços gerais, auxiliar de administração, secretário da escola, merendeira dentre outros).
- d) No âmbito de cada Estado, o Fundo é composto pela aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) sobre as diversas receitas estaduais e municipais previstas em Lei e ainda por uma parcela de recursos federais que são assegurados sob a forma de complementação da União.

64 – São princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, previstos no Código de Defesa do Consumidor, exceto:

- a) Reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- b) Racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- c) Harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170 da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores.
- d) Obrigatoriedade de recuperação de áreas degradadas (poluidor-pagador).

65 – Assinale abaixo a alternativa que se refere a práticas abusivas por parte do fornecedor de produtos ou serviços:

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos.

II - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.

III - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Conmetro.

IV - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais.

- a) Somente I, II e III.
- b) Somente I, III e IV.
- c) Todas as assertivas se referem a práticas abusivas.
- d) Somente II, III e IV.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

66 – A respeito do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, assinale a opção correta:

- a) A medida de acolhimento institucional (abrigo) é administrativa e deve ser aplicada pelo Conselho Tutelar sempre que restar demonstrada uma grave situação de risco ou de violação a direitos fundamentais de crianças e adolescentes, dispensando-se nessa hipótese o oferecimento de ação judicial.

- b) O Estatuto da Criança e do Adolescente determina que a autoridade judiciária mantenha, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção, sendo dispensado o cadastro prévio quando: I - se tratar de pedido de adoção unilateral; II - for formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade; III - oriundo o pedido de quem detém a guarda de criança ou adolescente, desde que haja consentimento dos pais biológicos e o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade.
- c) Para se habilitar ao cadastro de pessoas interessadas na adoção, os requerentes devem apresentar petição inicial ao Juízo da Infância e Juventude, instaurando-se procedimento em que é obrigatória a participação dos postulantes em programa que inclua preparação psicológica, orientação e estímulo à adoção interracial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.
- d) A adoção pode ser revogada apenas em casos excepcionais, mormente quando se constata que no caso concreto é impossível formar vínculos afetivos entre os adotantes e a criança ou o adolescente.

67 – Quanto ao Conselho Tutelar, órgão integrante do Sistema de Garantia de Direitos previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), é correto afirmar que:

- a) Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de seis membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de quatro anos, sendo vedada a recondução.
- b) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, tendo atribuições para aplicar medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais, inclusive a colocação em família substituta, sempre que recomendar o superior interesse da criança ou do adolescente.
- c) São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- d) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos: I - reconhecida idoneidade moral; II - idade superior a dezoito anos; III - residir no município.

68 – Assinale a opção errada:

- a) A remissão pode ser pré-processual, eis que acertada pelo Promotor de Justiça no momento da audiência de apresentação informal, ou judicial, dado que concedida pelo Juiz de Direito e acordada após a instauração da ação socioeducativa, sendo certo que apenas nessa última hipótese é possível aplicar medidas socioeducativas mais gravosas, a exemplo da semiliberdade e internação.
- b) Enquanto petição inicial da ação socioeducativa, a representação independe de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- c) O Ministério Público tem atribuições investigatórias no procedimento de apuração do ato infracional, uma vez que durante a audiência informal de apresentação pode proceder à oitiva do adolescente, de seus pais ou responsável, da vítima e de testemunhas, formando assim seu convencimento acerca dos fatos e orientando-se na decisão de representar o autor da infração.
- d) Tanto o arquivamento dos autos de apuração do ato infracional quanto a remissão concedida pelo Ministério Público devem ser homologados pela autoridade judiciária.

69 – Acerca da disciplina jurídica do ato infracional, assinale a opção correta:

- a) A internação provisória não pode exceder o prazo de 81 (oitenta e um) dias.
- b) A internação-sanção pode ser aplicada em razão de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta, por período não superior a três anos.
- c) Em razão do princípio da legalidade, considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, envolvendo ainda as condutas de estado, próprias da adolescência, como a rebeldia, a formação de gangues, a fuga de casa, o desinteresse pela escola etc.
- d) São aplicáveis em decorrência da prática do ato infracional as medidas de proteção, como encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; a orientação, apoio e acompanhamento temporários; a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; a inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; a requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; a inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

70 – O Decreto nº 3.298/99 determina que a compatibilidade entre a deficiência do candidato a uma das vagas reservadas no concurso público e as atribuições do cargo almejado será avaliada:

- a) Pelo médico subscritor de Laudo que atesta ser o candidato pessoa com deficiência.
- b) Pela comissão do concurso público, ao analisar as atribuições do cargo.
- c) Pela equipe multiprofissional, durante o estado probatório.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

71 – Considerando as afirmativas seguintes e levando-se em consideração a legislação pátria e a Política Nacional sobre Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação vigentes:

I - A igualdade de condições de acesso e permanência na escola está garantida na Constituição Federal de 1988.

II - As pessoas com deficiência podem estudar nas mesmas escolas que as pessoas sem deficiência, desde que em classes separadas daquelas.

III - Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional.

IV - A escola pode deixar de matricular o aluno com deficiência sob a alegação de que não está preparada para recebê-lo.

V - O atendimento educacional especializado é prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados no ensino regular.

- a) As afirmativas II e V são verdadeiras.
- b) As afirmativas I e V são verdadeiras.
- c) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

72 – Considerando as afirmativas seguintes sobre acessibilidade:

I – Na promoção da acessibilidade, serão observadas as regras gerais previstas no Decreto 5.298/04, complementadas pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e pelas disposições contidas na legislação dos Estados, Municípios e do Distrito Federal.

II – As edificações públicas, de uso coletivo e privadas multifamiliares são obrigadas a oferecerem acessibilidade.

III – As edificações escolares devem estar acessíveis apenas se houver algum aluno com deficiência física matriculado.

IV – As calçadas devem estar acessíveis, independente da destinação do imóvel correspondente.

V – Para a concessão de alvará de funcionamento ou sua renovação para qualquer atividade, devem ser observadas e certificadas as regras de acessibilidade previstas no Decreto 5.298/04 e nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

- a) As afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- b) As afirmativas I, IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas a afirmativa IV é verdadeira.
- d) Todas as afirmativas são verdadeiras.

73 – São princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Legislativo nº 186/08):

I – A acessibilidade.

II – O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas com deficiência.

III – A plena e efetiva participação e inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

IV – A igualdade entre o homem e a mulher.

V – O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

- a) Apenas as alternativas II, III e V estão corretas.
- b) Apenas as alternativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a alternativa I está correta.
- d) Todas as alternativas estão corretas.

DIREITO DO IDOSO

74 – Sobre medidas de proteção ao idoso, assinale a alternativa incorreta:

- a) As medidas de proteção ao idoso podem ser aplicadas quando houver violação de direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso por omissão do Estado.
- b) As medidas de proteção ao idoso poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente.
- c) O Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar o encaminhamento do idoso à família ou curador, mediante termo de responsabilidade.
- d) O rol medidas de proteção previstas no Estatuto do Idoso é taxativo.

75 – Com relação aos crimes previstos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03), cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 anos:

- a) Aplica-se a Lei 9.099/95 apenas nos aspectos estritamente processuais, não se admitindo, em favor do autor do crime, a incidência de qualquer medida despenalizadora.
- b) Aplicam-se os aspectos processuais, bem como as medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95.
- c) Não se aplicam os aspectos processuais e nem as medidas despenalizadoras da Lei 9.099/95.
- d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

76 – No que se refere ao atendimento prioritário definido por lei, analise as condições a seguir:

I – Idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.

II – Gestantes e lactantes.

III – Pessoas com deficiência.

IV – Pessoas com crianças de colo.

Devem receber atendimento prioritário os que se enquadram na(s) condição(ões):

- a) I, II, III e IV.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.

77 – As entidades de atendimento ao idoso não-governamentais que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso ficarão sujeitas às seguintes penalidades, exceto:

- a) Advertência.
- b) Suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas.
- c) Proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.
- d) Afastamento definitivo de seus dirigentes.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

78 – Em um determinado caso concreto, o Promotor de Justiça, após exaurir todas as investigações pertinentes, resolveu deliberar pelo arquivamento parcial dos autos de um inquérito civil público que tramitava na Promotoria de Justiça da Comarca de Nísia Floresta/RN, de 1ª entrância, tendo, no tríduo legal, remetido os autos do Eg. Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, para fins do disposto no art.9º, §1.º da Lei n.º 7.347/85. Passados 7 (sete) meses da homologação dos autos do inquérito

civil em referência pelo Eg. CSMP/RN tomou o membro do Ministério Público da Comarca de Nísia Floresta/RN conhecimento de outras provas que poderão importar no prosseguimento das investigações encerradas mediante a promoção de arquivamento acima aludida. Indaga-se, de acordo com a legislação em vigor, como deverá, então, proceder referido membro do Ministério Público para o prosseguimento das investigações pertinentes, levando-se em consideração que ainda não ocorrerá, na hipótese em análise, a prescrição da pretensão do direito para eventual ingresso de uma ação civil pública:

- a) Deverá, nos mesmos autos anteriormente arquivados, prosseguir nas investigações pertinentes, necessitando apenas da expedição de despacho de mero impulso procedimental.
- b) Deverá proceder a abertura de novos autos, obedecendo a sequência numérica, em ordem crescente, daquele ano específico, com expedição e publicação de nova Portaria.
- c) Deverá proceder a abertura de novos autos, obedecendo a sequência numérica, em ordem crescente, daquele ano específico, através de expedição de despacho.
- d) Deverá apenas aditar à Portaria que instaurou o inquérito civil público anteriormente arquivado, podendo, assim, prosseguir nas investigações respectivas.

79 – Em relação ao prazo de conclusão e à quantidade de prorrogações sucessivas possíveis para a regular tramitação do Procedimento Investigatório Criminal pode-se afirmar, de acordo com a legislação em vigor, o seguinte:

- a) O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por até 3 (três) vezes consecutivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução.
- b) O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante despacho fundamentado do membro do Ministério Público responsável pela sua condução.
- c) O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias, permitidas, por igual período, prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução.
- d) O procedimento investigatório criminal deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, permitidas, por igual período prorrogações sucessivas, por decisão fundamentada do membro do Ministério Público responsável pela sua condução.

80 – Ao chegar à sede da Promotoria de Justiça, o Promotor de Justiça com atribuição na Defesa do Patrimônio Público deparou-se com uma carta anônima, contendo a descrição da prática de diversos atos que, em tese, importariam, na ocorrência de atos de improbidade administrativa, tais como, desvio de fardo material de expediente da Prefeitura para fins privados, utilização de equipamentos e servidores da Prefeitura para fins pessoais do administrador público, a existência de funcionários “fantasmas”, que apenas constam na folha de pagamento dos servidores da Prefeitura, mas sequer dão expediente, tudo com extenso rol indicador dos equipamentos utilizados, dos setores afetados e de rol indicativo dos nomes e supostas funções dos servidores “fantasmas”. Diante de tal situação e à luz da legislação em vigor, que providências iniciais tal membro do Ministério Público deverá tomar:

- a) Não tomará providência alguma, pois se trata de carta anônima e o denunciante, além de não se identificar, não informou sua qualificação mínima que possa permitir sua identificação e localização para fins de posterior ratificação da peça na Promotoria de Justiça, em dia e hora a ser previamente estipulado.
- b) Não tomará providência alguma, pois a Constituição Federal em vigor veda o anonimato (Art.5º, inciso IV da CF/1988).
- c) Determinará a abertura de peças de informação para, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, proceder a averiguação prévia sobre a existência de indícios da ocorrência dos fatos ímprobos apontados pelo denunciante anônimo.
- d) Determinará a abertura de procedimento preparatório ou de inquérito civil público, a fim de investigar a ocorrência dos fatos ímprobos apontados na carta anônima, vez que para o exercício do direito de representação ao poder público a legislação em vigor não impõe formalidade estrita, contentando-se, pelo menos, que o denunciante aponte informações sobre o fato e seu possível autor, bem como a qualificação mínima que permita sua identificação e localização.